Para uma genealogia da cidadania digital

TOMÁS PATROCÍNIO
Universidade de Lisboa
tpatrocinio@reitoria.ul.pt

Resumo: A globalização significa a própria mudança da condição humana em todas as suas vertentes, fazendo emergir a vida quotidiana e a dimensão ética que levam a questionar a concepção de pessoa/cidadão e de cultura, num contexto de multiculturalidade, traço essencial da sociedade tecnológica, em que todos os quotidianos são co-presentes.

É nessa asserção que os projectos educativos se podem configurar de forma convergente com um projecto social viável, de modo a que as mutações em curso, e que se configuram possíveis, possam vir a ser qualificadas de positivas no contexto da globalização vista como uma oportunidade para a humanidade.

Assim, emerge como essencial, no contexto da sociedade tecnológica digital globalizada, uma visão ontológica da cidadania, isto é, a assunção da cidadania como uma condição da natureza humana, muito articulada com a pessoalidade.

A identidade e o sentido de pertença constroem-se em cada cidadão e não pré existem em ninguém, como qualquer coisa de hereditário ou de adquirido, apesar de todos nascermos sociais.

Este deverá ser o grande desígnio da educação, dentro e fora da escola, já que toda a educação deverá ser personalização, enquadrada num contexto de formação, de culturalização e de humanização, exigindo novas competências cognitivas, axiológicas e relacionais.

Palavras-chave: cidadania, sociedade tecnológica digital globalizada, ser digital.

1. BREVE PERCURSO HISTÓRICO EM TORNO DO CONCEITO DE CIDADANIA

A evolução do conceito de cidadania merece ser valorizada. As palavras *cidadão, cidadania, civilidade, civil, civismo*, que assumem hoje tanta importância (sobretudo nos discursos político, social e educativo, ao evocar-se a urgência de vencer a crise ou o défice de cidadania como base de harmonização social e de desenvolvimento humano no mundo global) são palavras ancestrais que têm a mesma origem etimológica no termo latino *civitas* que significa, ao mesmo tempo, "condição de cidadão" e "direito de cidade", mas se recuamos à Antiguidade, à *polis* grega, mesmo antes do direito romano já na Grécia Antiga, a cidadania estava ligada à vivência na *polis*.

Podemos afirmar que a cidadania está, ao longo da história, associada à questão do exercício do poder, dos mecanismos de representação e dos direitos e, com o advento do Estado-nação, às identidades nacionais. Está, portanto, tradicionalmente associada aos espaços nacionais e condicionada pelas culturas nacionais, com todos os condicionalismos dos vários espaços e tempos históricos.

O liberalismo e as democracias parlamentares beberam a sua inspiração num conceito de cidadania que, de acordo com Coelho-Rosa (2000: 337):

> está na nossa história conotado ou com a compreensão platónica da 'polis' ou com a compreensão romana da 'civitas'. Segundo aquela a cidadania respeita essencialmente à governação; segundo esta, a cidadania respeita essencialmente à *religião*, ou compromisso cultural de partilha e acatamento

> das instituições estabelecidas (o direito, o culto da cidade e dos seus deuses, a veneração do imperador, etc.). Num e noutro caso, a 'cidadania' confunde-se com o exercício e/ou a participação no poder.

Por isso, o conceito de cidadania é muitas vezes identificado com o de civismo ou com o de participação nas instituições (Coelho-Rosa, 2000: 337), condicionando o cívico ao político, simplificando, de forma redutora, a compreensão e o exercício da cidadania como se esta estivesse exclusivamente relacionada com o funcionamento das instituições políticas que habitualmente legitimam apenas o poder de uma maioria censitária, estatística. Coelho-Rosa (2000: 337) considera mesmo que radicam nestas acepções:

> as reinantes tirania do direito e tirania da democracia: como se as conformidades à lei ou ao voto legitimassem, só por si, o exercício do poder; como se o nazismo não tivesse chegado ao poder pelo voto e o III Reich não fosse também um estado de direito.

Assim, Coelho-Rosa (2000: 337), por oposição à concepção platónica de cidadania, na qual só os governantes e os que detinham o poder eram verdadeiramente cidadãos, apresenta a visão aristotélica, que terá sido rejeitada pela distorção da tradução da obra de Aristóteles e, logo, pela tradição:

> Segundo Aristóteles (...) 'todos os cidadãos constituem a cidadania' e isto anteriormente à colocação da própria questão do poder ou da governação. Cidadão, diz Aristóteles, é aquele que quer governar **e** que quer ser governado consoante o tempo oportuno que lhe couber. Mas não é por ter essa relação potencial ao poder que o cidadão é cidadão. Ser cidadão é uma 'condição de natureza'. (...) Esse é o significado da famosa definição segundo a qual o homem é por natureza um animal político (...).

Também Barata-Moura (2003: 84) destaca a visão aristotélica da ética e da política como sendo a filosofia acerca das coisas ou dos assuntos dos humanos, afirmando que "A 'política' é a actividade própria de 'cidadãos' e encontra no terreno colectivo da 'cidade' o seu horizonte teórico e *prático* de desenvolvimento". Este autor sustenta que a cidadania deve ser compreendida enquanto obra de cultura e que só existe num quadro cultural onde se pode exercer, sendo enriquecida pelas possibilidades de cultura no sistema social onde o próprio viver individual se inscreve.

Muitas considerações sobre a cidadania vêem-na como uma categoria de algum modo neutra, ao longo dos tempos, na qual se incluem todo o tipo de estatutos sociais, como se na verdade todos participassem de forma livre e paritária na vida social, política, económica ou cultural de cada uma das sociedades em que se integram. Isso é relevado por Barata-Moura (2003: 85) na seguinte constatação crítica:

> Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, habitantes de burgo e campesinos de extra-muros, súbditos e monarcas, detentores de capital e proletários, gente 'respeitável' e marginais, autóctones e migrantes, saciados e desprovidos – partilham, ao longo de milénios, relações diferenciadas de inclusão e de exclusão, na categoria (potencialmente agregadora) de 'cidadania'.

Na mesma acepção Schnapper (1998: 93 e 95) considera que a sociedade moderna, nos regimes democráticos, define o cidadão como um indivíduo abstracto, sem identificação e sem qualificação particular, aquém e além de todas as determinações concretas, um princípio de funcionamento político, fundado sobre a igual dignidade de todos os homens, ao mesmo tempo que é um ideal. Nesse contexto, afirma "que se é igualmente cidadão, seja qual for o sexo, a raça presumida, a riqueza, a pobreza, a prática religiosa ou a sua ausência, a origem étnica ou nacional" (Schnapper, 1998: 93). Este autor (Schnapper, 1998: 92) encara a cidadania do seguinte modo:

> Na sociedade moderna, a cidadania é ao mesmo tempo o princípio da legitimidade política e a fonte do vínculo social. Viver em conjunto é ser-se conjuntamente cidadão. A sociedade democrática moderna define-se por um projecto de inclusão, potencialmente universal, de todos os cidadãos.

É ainda Schnapper (1998: 94) que contribui para uma visão actual da cidadania como uma "utopia criadora", apesar das diferenças pessoais e sociais que se encontram na sociedade:

> a cidadania e o princípio da igualdade de todos os cidadãos constituem uma utopia criadora. Não se trata de uma descrição da sociedade real. É um pensamento de ruptura com a ordem estabelecida, a fim de a transformar em nome de um ideal. É sabido que, em concreto, os homens são diferentes e desiguais, que a sociedade civil é formada por grupos diferentemente ricos e poderosos, desigualmente competentes, participando de forma desigual em todas as dimensões da vida colectiva.

Schnapper (1998: 94) remata a sua análise aludindo às limitações da cidadania representativa cuja legitimidade é fundamentalmente a do voto:

> Mas o princípio proclamado da igualdade civil e política e, até certo ponto, aplicado na vida política, no sentido restrito do termo — o que se traduz na fórmula "um homem, um voto" — continua a estar na base da legitimidade da ordem política e social..

Mas a vida dos cidadãos não se resume à sua dimensão política, passa pelo social, pelas relações interpessoais. Com efeito, no contexto das democracias liberais e parlamentares, a cidadania é muitas vezes empregue como sinónimo de formas de participação dos indivíduos na vida pública em termos sociais e políticos, outras vezes como sinónimo de civismo, às vezes como sinónimo de civilidade, e quase sempre como um modo, ou pelo menos tendo como subjacente uma vontade de reunificar uma sociedade dual ou a duas velocidades, dado que, como sublinham os sociólogos Annick Madec e Numa Murard (1998: 7):

> A exclusão, assim como a fractura social, são noções bem práticas: cada um de nós pode traçar uma fronteira entre aqueles que considera seus iguais e aqueles em relação aos quais experimenta sentimentos mistos de desconfiança e piedade.

Estes autores consideram que a cidadania não se pode defender como um facto objectivo isolado das suas manifestações concretas e dos constrangimentos que determinam essas manifestações (Madec e Murard, 1998: 87) e as suas manifestações concretas quotidianas são as de civilidade e civismo.

Madec e Murard (1998: 86) acentuam que

> as formas de vida pública não se reduzem aos envolvimentos políticos nem mesmo ao exercício positivo ou negativo do direito de voto. O ser social manifesta-se igualmente no seu relacionamento com as outras instituições, com o Estado: fiscalidade, uso dos serviços públicos, da Segurança Social, comportamentos em relação à lei e à polícia, ao ambiente natural.

Sendo a cidadania uma condição de natureza e, portanto, a condição do homem na sociedade, uma das suas dimensões, extremamente importante, é a que respeita aos comportamentos e atitudes de cada pessoa no dia-a-dia, isto é, o campo das relações interpessoais entre os cidadãos no quotidiano, que traduz a maior ou menor capacidade de respeito e responsabilidade em relação ao outro. Este aspecto, que também valoriza a perspectiva ontológica da cidadania, é destacado por Madec e Murard (1998: 86-87):

> O ser social exprime-se ainda, e talvez de um modo mais revelador, na vida de todos os dias, no espaço público, na rua, na escola, no trabalho, em férias. Pequenas discussões e pequenos gestos de cortesia, sinais de agressividade e manifestações de solidariedade, palavras de condenação murmuradas ou então gritadas, olhares de conveniência, cabeças que se voltam, sorrisos que se esboçam ou se afirmam, pequenas cobardias, grandes comiserações, gestos de piedade, de caridade, impaciências, enervamentos, distância manifesta, etc.

No contexto da Internet e das redes digitais a civilidade expressa-se no que se tem vindo a designar por existência ou ausência de regras de convivialidade na rede, a chamada *netiquette*.

Para Madec e Murard (1998: 96) a

> cidadania pressupõe a civilidade. Ela permite equilibrar as paixões entre indivíduos cujos interesses se opõem. (...) É um pressuposto a toda a forma de cooperação e, portanto, também à cooperação para a tomada de decisões políticas. Não há cidadania possível, se as interacções forem todas elas altercações. O inverso também é verdade, se a civilidade nos obriga a evitar cuidadosamente todos os conflitos de interesses, se impõe um consenso fluido que esconde os problemas até ao momento em que estes explodem.

2. SENTIDO ONTOLÓGICO DO CONCEITO DE CIDADANIA

Importa determo-nos no sentido ontológico do conceito de cidadania e relevamo-lo por o vermos encerrar a mais pertinente interpretação de cidadania. Nasce-se simultaneamente pessoa e cidadão. Pessoalidade e cidadania são inseparáveis. Nesta visão, ser/tornar-se cidadão, exercer a cidadania não é privilégio de ninguém. Coelho-Rosa (1998: 35), destaca a importância de não existirem direitos humanos puramente individuais:

> O simples facto de os direitos da pessoa humana serem realização da sua existência no mundo, faz com que os direitos humanos sejam *ipso facto* direitos de todos os que são humanos e direitos do próprio mundo onde todos e cada um dos humanos, porque são e para que sejam humanos, investem e criam sentido.

A cidadania, vista nesta perspectiva ontológica, apela ao *empowerment* de cada indivíduo enquanto ser social, independentemente do seu estatuto social de governante ou de governado, de ser criança, jovem, adulto ou idoso, de pertencer ou não a uma maioria censitária, que consiste em dar-se poder a si próprio, de efectuar o governo de si mesmo, consiste em autonomizar-se, consiste em participar activamente na vida da cidade, antes da evocação dos direitos de participação ou da evocação de outras vertentes da lei.

Madec e Murard (1998: 71) apontam o seguinte sentido para uma nova cidadania:

> A nova cidadania é a ideia, segundo a qual, a participação voluntária na coisa pública, o civismo se preferirmos, é constitutivo da cidadania. Quer se seja pobre ou rico, homem ou mulher, [nacional] ou estrangeiro, menor ou maior de idade, é-se um cidadão ao participar-se na coisa pública.

A interpretação ontológica da cidadania inclui todas as dimensões da cidadania (a política, a social, a cívica), nas suas dimensões individual e colectiva, fazendo apelo ao desenvolvimento de uma cultura de respeito pelo outro, de uma cultura de não sobreposição e de não atropelamento do outro. O cidadão é, de facto, um ser social e, nessa medida, a questão dos direitos pressupõe, simetricamente, a questão dos deveres, não apenas perante o Estado como entidade abstracta mas perante todas as pessoas.

A partir desta assunção, que coloca a pessoa no centro da vida social, criam-se condições favoráveis a práticas de relações interpessoais mais humanizadas e à criação de sentidos de inclusão, pois sabe-se como o que está consagrado na lei, ainda que esta contemple a liberdade e a igualdade, tem um défice de verificação nas práticas políticas, sociais e cívicas.

Na sociedade tecnológica digital globalizada que percepcionamos, a cidadania não tem uma dimensão ligada exclusivamente ao espaço residencial ou nacional, mas apresenta um sentido mais global, mais universal, o que advém do intenso uso das redes infocomunicacionais. A construção desta visão assume particular importância, dado que as pertenças de cada pessoa são múltiplas e cada vez mais diversificadas e enriquecem a construção de sentido do que é ser cidadão, ou seja, cidadão "glocal". Na verdade o homem é sempre um sujeito situado. A sua situação espaço-temporal é actualmente a de todos os espaços e de todos os tempos, circunstância que o abre a muitas influências e que o projecta para além do seu espaço físico de vivência. Lembremos o que Freire (2001a: 33) releva: "Os homens enquanto 'seres-em-situação' encontram-se submersos em condições espaço-temporais que influem neles e nas quais eles igualmente influem." Vemos como convergente com esta teoria o que afirma Coelho-Rosa (2002b: 293-294):

> A vida dos humanos é a fazer, é o afazer radical de cada um, de tal modo que cada humano constrói as suas próprias feições, o seu próprio rosto, a sua identidade. Ser humano é afeiçoar-se ('cultivar', 'dar forma', 'configurar') a si mesmo, desejar e fazer ser o 'outro' cuja saudade trazemos dentro de nós.

E acrescenta (Coelho-Rosa, 2002b: 294):

> Mas ser humano é também desejar e fazer ser 'o outro' tal qual eu, desejar o que ele deseja, desejar o 'outro' que ele pode ser em si mesmo. Ser humano é a capacidade de se afeiçoar às feições do 'outro', de se afeiçoar à sua identidade (que é a diferença que faz 'outro'), de tomar para si mesmo as feições do 'outro' como se fossem as próprias.

A vida contemporânea combina cada vez mais o espaço local, onde realmente se habita fisicamente, com o ciberespaço (a vivência da comunidade virtual, através da comunicação social e da comunicação mediada por computador — a Internet, a Internet móvel e as redes digitais de comunicação móvel (sobretudo com base nas cada vez mais populares SMS (*Short Message Service*) e MMS (*Multimedia Message Service*)).

Atentemos na definição que Coelho-Rosa (2000: 338) dá de cidadania, com a qual nos identificamos:

> O conceito de cidadania terá (...) a mesma extensão (mas não a mesma compreensão) que o conceito de 'hominidade': só os humanos são cidadãos e se algum animal racional estiver despojado de cidadania estará colocado abaixo da sua condição. O conceito de 'cidadania' remete para a condição ontológica dos humanos, não para a sua condição 'jurídica' ou para a sua condição 'política' ou para qualquer outra condição ôntica.

Decorre desta visão, em relação à educação/formação, que o sentido ontológico da cidadania, o sentido da cidadania do ser, é, portanto, a nosso ver, o sentido adequado a nortear as estratégias e as práticas de

educação/formação *em* e *na* cidadania[1], em que esta "vem imiscuir-se no acto de aprender" (na expressão de Christine Josso, 1996: 90). Barata-Moura (2003: 97) considera, em concordância com o que acabamos de afirmar, que:

> Os decretos podem outorgar cidadania, mas ser-se cidadão não dispensa um activo empenhamento próprio. Daí a importância, mais do que uma educação *para* a cidadania, de uma educação *em* e *na* cidadania.

Na verdade, é duma prática educativa/formativa *em* e *na* cidadania, contextualizada em projectos de aprendizagem e de acção, que pode emergir a compreensão dessa perspectiva, através da vivência e da experiência, do empenhamento e do envolvimento de cada pessoa na vida social da comunidade, construindo em permanência a sua identidade e os seus sentidos de pertença.

A visão ontológica da cidadania, na qual esta é tão fundante da hominidade como o corpo ou como a alma (na dualidade platónica do que é o homem) e a sua relação com a escola enquanto espaço de educação é sustentada por Coelho-Rosa (2000: 338) quando afirma:

> A compreensão aristotélica (ou sofocleana) de 'cidadania' poderia traduzir-se melhor por 'socialidade', significando que os humanos logo à nascença e contrariamente ao que sempre foi ensinado, não são 'animais racionais', mas sim 'animais racionais sociais'. Os humanos não nascem indivíduos para, 'depois', se socializarem (como dizem que cabe à escola fazer). Bem pelo contrário, os humanos nascem sociais e a educação é a construção da sua individualidade (...).

Assim, a cidadania, vista como reflectindo a pertença activa à vida da cidade, impõe-se como um conceito essencial. A compreensão e exercício da cidadania, nesta acepção, poderão influenciar em larga medida o desenvolvimento económico, político, social, cultural, em suma, o desenvolvimento humano, contrariamente às posições cibercríticas ou cibernegativas exacerbadas, que vislumbram apenas catástrofes para a cidade cosmopolita emergente (Patrocínio, 2001: 102).

As visões cibercríticas, como a de Paul Virilio (2000), em *Cibermundo: a política do pior*, embora possam ter o mérito de alertar para aspectos negativos importantes da sociedade actual ao questionarem certos aspectos da vivência pessoal e colectiva, encaram a sociedade como uma conjuntura parada, atávica, e não como estando em permanente evolução, como sendo capaz de gerar novos modelos de relações interpessoais e sociais, mecanismos de auto-regulação, que podem evitar a autodestruição e celebrar novas formas de organização e novas construções de sentido da vida em comunidade.

A emergência de uma cidadania digital remete para uma análise do que podemos designar por cidadão digital e para os diferentes tipos da sua participação na vida *off* e *online*.

3. O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DA CIDADANIA DIGITAL

Por muito utópica que seja a cidade global ela está efectivamente a configurar-se como um horizonte não só possível mas também cheio de possibilidades para a condição humana, mormente pela intensificação de relacionamento entre pessoas de todo o mundo, de modos formais e informais, quer em termos reais quer em termos virtuais, em todos os domínios da existência, quer no domínio local e regional, quer no domínio nacional e global.

Smith (2002: 46-47) considera que a sociedade civil tem vindo a aumentar o seu poder político no contexto da sociedade actual porque:

> A revolução da informação aumenta drasticamente a possibilidade de acesso à informação mais actualizada. Permite, assim, que as coligações globais possam vir a ser uma realidade. (...) Os cidadãos comuns (pelo menos aqueles que pertencem à parcela do mundo que está interligada por uma rede de infra-estruturas de comunicação) estarão conscientes de tudo o que se passa no mundo, e terão uma maior capacidade para trabalhar com outros cidadãos que partilhem com eles as mesmas preocupações. Esta disponibilidade catalisa a própria difusão da democracia no mundo e, no sentido mais básico do termo, estamos envolvidos nas decisões que nos afectam.

[1] Usamos a expressão "educação *em* e *na* cidadania", contrariamente à expressão mais divulgada e assumida oficialmente e assumida também por muitos investigadores, em termos de orientações curriculares, de "educação *para* a cidadania". Preferimos aquela designação, por nos parecer que uma educação *em* e *na* cidadania pode ser vista, de forma transversal, como algo que tem que ver com o "aqui e agora" de cada indivíduo, como algo que tem que ver com as experiências do contexto em que se movimenta como sistema vivo, ao passo que a designação de educação *para* a cidadania pode encerrar a ideia de algo que é adiável para se realizar apenas no futuro.

Esta é uma visão muito positiva e optimista, porque não basta estar informado ou ter acesso à informação para que se esteja consciente do que quer que seja, mas ter acesso à informação e estar informado é condição necessária para uma abertura de horizontes, pois a informação é um ponto de partida essencial para o conhecimento e para a participação.

Há inúmeras situações que demonstram que, com a Internet, tem sido possível expressar tomadas de consciência bem significativas, permitindo grandes acções de cidadania em torno de grandes causas numa contextualização global. São disso exemplos relevantes, entre muitos outros, as mobilizações relativas ao apoio à autodeterminação dos timorenses, ou à divulgação de posições relativamente à guerra contra o Iraque, sobretudo à sua contestação, ou à mobilização de cidadãos para manifestações pela divulgação de informações sobre os atentados terroristas na capital espanhola ou ao pedido de amnistia para certos injustiçados ou a mobilização em grandes e inúmeras acções humanitárias.

Dentro destes exemplos, a Internet tem sido utilizada para expressar protestos de grande dimensão, em termos de *e-mail,* por exemplo, entupindo, literalmente, as caixas de correio electrónico de determinadas entidades que podem ter um papel-chave na resolução dos problemas visados em cada situação.

Não teremos, portanto, que ver a globalização como um processo antagónico ou incompatível com a cidadania, do mesmo modo que não poderemos ver o exercício da cidadania confinado exclusivamente a um espaço territorial com fronteiras definidas pois essas fronteiras estão abertas ou tendem a abrir-se e a esbater-se.

Poster (2002: 24), apresenta uma análise fundamental sobre este assunto:

> (...) as presentes circunstâncias apresentam um extraordinário exemplo de miscigenação transcultural e transnacional. Embora os seres humanos tenham desde há muito migrado por todo o planeta e empreendido deslocações e trocas entre pontos determinados, a densidade das transacções actuais transmuta a quantidade em qualidade. Foi transposto um limiar, de modo talvez irreversível, no qual a espécie humana procede como nunca antes à difusão destas práticas no seu seio, por mais desigual e assimetricamente que isso possa acontecer. (...) as condições da globalização e dos *media* em rede apresentam um novo registo em que o humano e, juntamente com ele, o cidadão, é remodelado.

Um novo cidadão está a emergir, agora parecendo ter um real sentido cosmopolita, universalista. Este cidadão, ou este conceito de cidadão, não tem apenas uma relação com a sua nação, com o seu país, mas tem uma relação com outras regiões e com o mundo, também tem relevância existencial nessas regiões e no mundo, tal como no seu espaço nacional. Veiga (2002: 440) coloca bem o problema ao escrever:

> Enquanto que, até um passado recente, o domínio da responsabilidade se limitava à esfera das relações de vizinhança e ao curto intervalo de uma geração, sabemos hoje que muitas das nossas intervenções se estendem à escala planetária e se prolongam muito para além da nossa geração. Num cenário limite, que não será exagerado considerar, as consequências de algumas das nossas intervenções serão irreversíveis e poderão mesmo pôr em causa a sobrevivência e o bem-estar globais.

O cidadão da sociedade actual é um cidadão que, ao lidar com a contemporaneidade, tem que estar um pouco para além de si próprio e do seu espaço nacional. Ser cidadão apenas porque se é português, francês, russo, americano, indiano, chinês, etíope ou de qualquer outra nacionalidade não tem/não pode ter mais o significado do meramente territorializado.

No espaço europeu, com a evolução da União Europeia, foi concedida a cidadania europeia aos cidadãos dos vários Estados que a compõem, ao mesmo tempo que manteve a cidadania dos estados nacionais. Isto mostra que começam a emergir novos entendimentos de cidadania, nomeadamente o de cidadania supranacional. Isso provoca a existência de adeptos e de adversários, constituindo-se este como um problema polémico. Por exemplo, Rabkin (2002: 152) assume uma posição contra a cidadania supranacional, apontando a Europa como um dos expoentes dessa cidadania, justificando-se do seguinte modo:

> (...) o tipo de cidadania supranacional vinculada à União Europeia é uma desvalorização da actual cidadania que encoraja um tipo de políticas nas quais os cidadãos são geridos e manipulados à distância por poderes quase insondáveis e incontáveis — e acabam por sentir que são geridos e manipulados. A cidadania supranacional arrisca-se a enfraquecer o orgulho ou o respeito por si próprio, historicamente, associados ao termo cidadão. Existem perigos reais em deixar que isso aconteça, não só para a saúde da democracia

> na Europa, mas talvez também, em última instância, para a estabilidade e a paz no mundo para além da Europa.

Esta argumentação funda-se numa perspectiva liberal de cidadania identificando-a apenas como identidade nacional ao valorizar exacerbadamente o orgulho de se ser de um qualquer país.

Mas poderemos denominar como global o novo cidadão que exerceria uma cidadania global?

> Preferimos a designação de cidadão da sociedade tecnológica digital globalizada, pois uma cidadania cosmopolita não indica, nem pode indicar um cidadão global, porque não existe um indivíduo abstracto, sem raízes. O novo cidadão, o cidadão cosmopolita, tanto se relaciona com os de proximidade como com os distantes. A cidadania cosmopolita convive, digamos, com todas as especificidades das cidadanias locais. Valorizamos, assim, a perspectiva de uma acção cidadã "glocal", uma vez que é no espaço vivido, na experiência do quotidiano, real e virtual, que tudo ganha sentido e que o próprio sentido da nova sociedade se reifica, mas na concepção socrática de "cidadão do mundo", expressa na máxima "Não sou ateniense nem grego, mas sim um cidadão do mundo".

Touraine (1994: 319-320) reflecte:

> Reservemos para a cidadania um sentido mais secular, afastado de qualquer culto da colectividade política, nação, povo ou república. Ser cidadão é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos do homem e permitem uma representação das ideias e dos interesses. O que é muito, mas não implica uma consciência moral ou nacional de pertença, a qual existe frequentemente, mas não constitui condição fundamental para a democracia.

O denominado internacionalismo trouxe a possibilidade de denúncia de realidades escondidas em diferentes sociedades e nações, o que foi um processo essencial para a emancipação das sociedades colonizadas e oprimidas, mas ignorou as realidades nacionais porque a ideia de nação era vista como uma entidade abstracta e o estado era apenas um instrumento inventado para a dominação das classes dirigentes.

Morin (2003: 121-122) propõe a seguinte reflexão:

> O internacionalismo não compreendeu que a ideia de nação, ao comportar uma substância mitológica na noção de 'pátria', constitui um elo social de natureza comunitária. A nação não é apenas uma língua, uma administração, estradas, etc., ela é também o sentimento intenso e profundo de pertença e de enraizamento numa entidade ao mesmo tempo maternal e paternal. Os internacionalistas não compreenderam a nação e, sem o quererem, os seus erros fomentaram o nacionalismo que acabou por os devorar. O perigo não reside nas nações, mas no nacionalismo, que recusa aceitar a ideia que se faz das instâncias colectivas a uma escala superior à de nação, para assumir e resolver os problemas supranacionais.

E Giddens (2000a: 24) constata que

> A globalização é a razão que leva ao reaparecimento das identidades culturais em diversas partes do mundo (...) Os nacionalismos locais florescem como resposta às tendências globalizantes, porque os velhos Estados-nação estão a ficar mais fracos.

Esta é uma reflexão que se enquadra num sentido antropossocial e universalista do exercício da cidadania, pois a criação de uma civilização planetária, duma sociedade-mundo, só é possível se integrar a noção de Terra-Pátria (Morin, 2003: 122). E "a educação deveria reforçar e alimentar a tripla pertença cidadã e patriótica à nação, às comunidades meta-nacionais (como a União Europeia, por exemplo) e à Terra".

4. NETIZENS

Uma designação muito popularizada entre os anglo-saxónicos para o cidadão da sociedade tecnológica digital é a de cibercidadão (*netizen*).

O termo *netizen* foi usado pela primeira vez, em 1992, por Hauben. Este investigador na *Columbia University*, Nova Iorque, viria a publicar em co-autoria com Ronda Hauben, em 1995, o livro *Netizens: On the Impact and History of Usenet and the Internet.* Este famoso *e-book* é baseado numa aturada investigação sobre o modo como a Internet é utilizada. Nele, Hauben, afirma:

> A história dos cibercidadãos é importante. Quando desenvolvia uma investigação *online* há quatro anos atrás para determinar quais as utilizações que as pessoas faziam das redes de comunicações computorizadas a nível global, apercebi-me de que havia uma nova instituição social, uma comunidade electrónica em desenvolvimento. Foi excitante explorar esta nova instituição social. Outras pessoas *online* partilharam esta excitação. Descobri a partir

> daqueles que me escreviam que as pessoas sobre quem eu escrevia eram cidadãos da *net*, ou cibercidadãos.

Hauben (1996) usava inicialmente a designação *net.citizen,* por analogia com *net.goods* ou *net.cops*, entre outras designações, e modificou-a para *netizen*, justificando assim essa opção:

> A palavra cidadão sugere uma definição geográfica ou nacional de pertença social. A palavra cibercidadão reflecte a nova pertença social baseada numa perspectiva não-geográfica. Assim, contraí a expressão *net.citizen* para *netizen*.

Hauben (1996) relevava o perfil dos emergentes *netizens,* precisando a sua posição de que *netizens* não são todos os utilizadores da *net*:

> Há pessoas *online* que contribuem activamente para o desenvolvimento da *net*. Estas pessoas compreendem o valor do trabalho cooperativo e dos aspectos comunitários da comunicação pública. Estas são as pessoas que discutem e debatem assuntos de maneira construtiva, que respondem a *e-mails* das pessoas e organizam ajuda a novos utilizadores, que mantêm ficheiros sobre perguntas feitas frequentemente [*FAQ — Frequent Asked Questions*] e outros depósitos de informação pública, que alimentam *mailing lists*, etc. Estas são pessoas que discutem a natureza e o papel deste novo media comunicacional. Estas são as pessoas que como cidadãos da *net*, eu denominei como cibercidadãos. Contudo, estes não são todos os indivíduos. Os cibercidadãos não são todos os que estão *online* e não são especialmente pessoas que estão *online* para ganho ou lucro individual. Não são pessoas que utilizam a *net* vendo-a como um serviço. São antes pessoas que compreendem que é preciso um esforço e uma acção de cada um e de todos para que a *net* seja uma comunidade e um recurso regenerador e vibrante. Os cibercidadãos são pessoas que decidem devotar tempo e esforço para fazer com que a *net*, esta nova parte do mundo, seja um lugar melhor. Aqueles que se escondem não são cibercidadãos e as páginas de vaidade não são trabalho de cibercidadãos. Embora as páginas vulgares não causem mal à *net* também não contribuem para ela.

Hauben reconhecia, contudo, que esta era uma concepção pessoal, sendo que o termo *netizen*, que emergiu das comunidades *online*, passou a ser largamente utilizado quer pela comunicação social falada e escrita, quer em livros científicos com significados múltiplos. A propósito, afirmava:

> Desenvolveram-se dois usos do termo *netizen*. O primeiro é um uso geral para referir qualquer pessoa que utiliza a *net*, seja para que fim for. Assim, o termo *netizen* tem sido associado em certas circunstâncias a bom ou a mau. O segundo uso está mais próximo da minha interpretação. Esta definição é utilizada para descrever pessoas que se preocupam com a *Usenet* [*rede de comunicação em que Hauben desenvolveu a sua investigação*] e com a *net* em geral e trabalham visando a construção da natureza cooperativa e colectiva que beneficia globalmente o mundo. Estas são pessoas que trabalham para o desenvolvimento da *net*. Neste segundo caso, *netizen* significa actividade positiva, e nenhum adjectivo precisa de ser adicionado.

Poster (2002) designa por *netizen* o sujeito político constituído no ciberespaço. Para este autor trata-se de um termo que descreve aquilo que podemos ser apenas a tempo parcial uma vez que ninguém vive na *net* a tempo inteiro.

É uma constatação imediata, apesar da *net* ter já milhões de utilizadores em todo o mundo, que esse número ainda é pequeno quando se leva em conta todos os habitantes do planeta, como destacámos.

É também uma constatação pertinente a de que ninguém está *online* a tempo inteiro, mas nós interrogamos: o facto de não vivermos na *net* a tempo inteiro e de haver mesmo muitos que ainda não a vivem, pelo facto de viverem na sociedade tecnológica global não deverão, da mesma maneira, ser designados de cidadãos da sociedade tecnológica digital já que as lógicas da *net* perpassam todo o tecido social através do efeito de rede?

É uma questão que nos deve fazer reflectir, mas parece ter uma resposta afirmativa, pois, de outro modo, como se poderia explicar o facto da apetência que se constata generalizadamente pelas novas tecnologias de informação e comunicação, podendo-se dizer que todos desejam aceder a essas tecnologias e às redes digitais? O apelo ao acesso e à participação que a sociedade da comunicação encerra passa pelas cadeias de mediatização dos *media* tradicionais (telecidadania) e pela Internet (cibercidadania ou *e*-cidadania). Tucherman (2002:57), evocando o pensamento do filósofo Michel Foucault, propõe a interpretação de que qualquer revolução acaba por ter um "valor de signo" vinculado à dimensão de um acontecimento que sendo rememorativo, demonstrativo e prognóstico de um progresso permanente, arrasta o género humano na sua totalidade.

Poster (2002: 30) define assim o *netizen*:

> (...) o *netcidadão* poderia ser a figura formadora de um tipo novo de relação política que partilha a fidelidade à acção com a fidelidade à *net* e aos espaços

> políticos planetários por ela inaugurados. Alguns traços estruturais da Internet encorajam, promovem ou pelo menos permitem trocas através das fronteiras nacionais.

A Internet contém, portanto, em potência, novas práticas de cidadania numa escala não exclusivamente nacional. Poster (2002: 30) mostra como as Tecnologias de Informação e Comunicação, em particular a Internet, estão para além do Estado-nação e da possibilidade do seu controlo:

> A exemplo de outros *media* tais como o telefone, a rádio e a televisão, a Internet desterritorializa as trocas, subtraindo-se à sua localização corpórea. Mas a Internet reterritorializa as trocas de uma maneira diferente daqueles outros *media*. *Media* de teledifusão como a rádio e a televisão encontram-se centralizados em pontos de emissão. Esses pontos localizam-se no espaço nacional e podem ser regulados e controlados pelos Estados. A arquitectura da Internet, em contrapartida, é própria de uma rede descentralizada. Qualquer ponto pode estabelecer trocas com outro ou com outros pontos, uma configuração que torna muito difícil, senão impossível, o controlo por parte do Estado-nação.

Apesar de a Internet ser, de facto, descentralizada e de muito difícil controlo, não deixa, contudo, de merecer reflexão e debate o facto de começar a surgir legislação reguladora do acesso a certos *sites* da Internet, com o aparecimento de sistemas de filtragem de conteúdos, de barreiras de acesso, de rótulos e de etiquetas de classificação de conteúdos. Começam igualmente a surgir classificações de portais seguros.

Tal, no âmbito da cidadania, coloca preocupações muito legítimas ao nível dos direitos, liberdades e garantias, colocando-se também em relação à Internet, podendo-se cair facilmente em esquemas de censura mais ou menos explícita, pois o controlo pode ter sempre um sinal positivo ou um sinal negativo.

Uma outra questão relevantíssima é da fidedignidade da informação.

Como destaca Morin (2000: 104):

> A comunicação não traz a compreensão. A informação, se é bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, primeira condição necessária mas não suficiente para a compreensão. Existem dois níveis de compreensões: o da compreensão intelectual ou objectiva e o da compreensão humana intersubjectiva. Compreender significa intelectualmente apreender em conjunto, *com-prehendere*, entender em conjunto (o texto e o seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o singular). A compreensão intelectual passa pela inteligibilidade e pela explicação."

As informações e as notícias falsas são uma questão que apela a uma enorme preocupação educativa que conduz a pensar aprendizagens de avaliação das situações, de quebra de ingenuidade, de credibilidade das fontes, de validação de dados.

O grande desafio que a era Internet coloca a crianças, jovens e adultos é o de aprender a avaliar a informação na sua globalidade.

O problema de as informações poderem ser falsas exige uma permanente "procura da verdade" e isso implica que o utilizador leia, observe, leia de novo noutro sítio, observe, compare, fale, pergunte, leia mais, na procura do "atingir a verdade". Implica a capacidade de se dar atenção às "credenciais" de pessoas e instituições, é preciso desenvolver uma sensibilidade pessoal à qualidade da informação, isto é, se aquilo que esperamos encontrar é convergente com outras informações sobre o mesmo assunto, se não parece correcto, se não gera perplexidade.

Também no campo comunicativo é necessário avaliar a verosimilhança dos testemunhos.

Ortega y Gasset (2002: 32-33) escreveu:

> a altitude de teoria positiva ou firmeza de verdade à qual chega cada um é função da profundidade de infirmeza, de insegurança na qual tenha caído. Ou dito de outra forma: cada um sabe tanto mais quanto tenha duvidado.

Trata-se de um pensamento extremamente pertinente quando reflectimos sobre a construção do conhecimento, mas não deixa de ser um problema muito delicado no âmbito relacional que conjuga educação e prudência.

Não parece suscitar grande celeuma o questionamento se se deve ou não ensinar a dúvida, mas como educar na circunstância de que se duvide, que se desconfie de tudo e de todos, ou de quase tudo e de quase todos?

De que modo cada um pode desenvolver estratégias pessoais para que esta vivência comunicativa não se torne insuportável por uma sensação de desconfiança e de cautela permanentes?

Coloca-se, assim, uma reflexão educacional essencial sobre o que devemos ensinar ou ajudar a aprender a crianças, jovens e adultos, sobre como deverão proteger-se a si próprios, sem que contudo deixem de correr riscos, pois o risco é algo que nunca poderemos eliminar da existência humana. Esta parece ser a via para conduzir ao descrédito quem efectua a manipulação da informação.

Estamos perante um importantíssimo problema de cidadania. De qualquer modo esta análise não se circunscreve apenas à utilização da *net*, mas a todos os domínios da vida, como no caso de estudos e de investigações, tornando-se um problema metodológico e epistemológico a não menosprezar, como alvitra Pierre de Saint-Georges (1997: 41) sobre a crítica das fontes:

> É raro ser possível aceitar de imediato um testemunho (escrito ou não), apesar da tentação, mais frequente do que o confessado, de tomar por certo 'o que aparece no jornal', 'o que se viu na televisão', ou, *a fortiore*, o que se acaba de ler numa revista séria. Impõe-se sempre uma atitude crítica, e agiríamos mal se nos fiássemos numa primeira impressão.

Afigura-se necessário encontrar um equilíbrio entre uma atitude hipercrítica e uma atitude subcrítica: "Como desconfiar e confiar simultaneamente? Este problema não nos abandonará (... devemos desconfiar da nossa confiança mas também da nossa desconfiança)" (Morin, 1994: 19).

A informação e o esclarecimento de todos os cidadãos sobre formas de prevenção deste tipo de acções é o mais importante, nomeadamente a divulgação de *software*-filtro, bem como a divulgação de sistemas de monitorização de acesso, capaz de bloquear o acesso a certo tipo de *websites*. Não obstante isso poder ser também um problema relacionado com a liberdade.

Mas o filtro fundamental é o filtro humano que é capaz de antecipar acções que evitem a apetência por prevaricações perante a vida privada e, logo, uma educação/formação preocupada com uma sólida dimensão ética assume um papel essencial neste domínio. Há, sobretudo em relação aos mais novos, a necessidade de se efectivar um acompanhamento educativo que permita uma apropriação e uma compreensão da complexidade da *net*, aspecto hoje contemplado como projecto na agenda europeia (vide www.eukidsonline.net e ainda http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/).

Essa necessidade de acompanhamento exige uma reflexão e um debate continuado sobre como conciliar o desenvolvimento da autonomia com a privacidade das pessoas e com a sua liberdade. Trata-se dum aspecto que também levanta questões éticas muito sérias para quem acompanha, porque acompanhar não pode significar "fiscalizar", e muito menos "policiar", deve pressupor uma relação de confiança entre "acompanhante" e "acompanhador". Por isso, numa perspectiva de educação e desenvolvimento, afigura-se essencial criar ambientes de responsabilidade distanciados de moralismos ou de puritanismos conservadores. A responsabilidade é, em primeiro lugar, cognitiva e, provavelmente, uma das mais importantes funções da educação (familiar, escolar, social). É uma tarefa muito árdua, difícil, que pode ser muito conflituosa, requerendo enorme sabedoria.

Esta problemática não exclui o próprio indivíduo de reflectir sobre si próprio, até porque cada vez mais cada pessoa se pode tornar mais produtor de informação do que mero consumidor. Morin (1994: 17) expressa muito bem, sobre as questões do testemunho, a seguinte opinião "Devemos ser prudentes, não só com o testemunho doutrem, mas também com aquele que nos é mais indubitável: o nosso próprio."

Com efeito, a interacção que a *net* gera inclui, em primeiro lugar, a interacção connosco próprios.

Em síntese, no âmbito axiológico, o espaço/tempo cibernético configura-se como um espaço de escolha humana e a escolha implica sempre, para além de conhecimento, a previsão das consequências da aplicação desse conhecimento, assumindo, portanto, os imperativos éticos a maior importância. Num mundo impregnado de tecnologias importa sobremaneira a compreensão de que estas, quer pelo que têm de inerente, quer pelo que têm de adquirido, não são neutras, pois são concebidas e utilizadas pelas pessoas. Essa é uma compreensão que deverá estar na primeira linha de acção humana em conjugação com a da relatividade de valores. Nesta perspectiva, o desenvolvimento do espírito crítico e de inconformismo perante os processos de consumo e do espírito construtivo

perante a produção de informação adquirem também enorme relevância (Patrocínio, 2001: 189).

5. AS COMUNIDADES VIRTUAIS

O crescimento progressivo de utilizadores da Internet conduziu desde o seu início (com as comunidades *hacker*[2]) e tem conduzido sempre a que se identifique a emergência de comunidades de pessoas com interesses comuns que se contactam e se organizam *online*, entre muitas outras actividades, para efectuarem debates e reflexões nos mais diversos campos científico, económico, político, cultural e social, para acções de *e-volunteering*, para ajudas em rede de diversa natureza.

Como diz Freitas (2002: 344) "uma comunidade virtual nesse sentido é considerada uma rede social a desenvolver regras, normas e práticas orientadoras das acções individuais e colectivas num contexto específico". Outros autores, como Lévy (2000: 135) convergem com este ponto de vista:

> Uma comunidade virtual não é irreal, imaginária ou ilusória, trata-se simplesmente de um colectivo mais ou menos permanente que se organiza por meio do novo correio electrónico mundial. (...) as ditas 'comunidades virtuais' cumprem de facto uma verdadeira actualização (no sentido em que põem em contacto efectivo) grupos humanos que o eram somente em potência antes do advento do ciberespaço. A Expressão 'comunidade actual' seria no fundo muito mais adequada para descrever os fenómenos de comunicação colectiva no ciberespaço do que a comunidade virtual.

A maior parte das utilizações da *net* não têm, contudo, um enquadramento nesse sentido de comunidade específica, mas muito mais de comunidade como entidade mais abstracta, na medida em que muitas das ciberligações que se concretizam são para mera comunicação, muitas vezes casual, ou que provoca o aparecimento de *habitués* em certo local virtual, como acontece realmente quando se frequenta sempre o mesmo café e se desenvolvem algumas relações com os restantes habituais frequentadores. Por isso Lévy (2000: 133) considera que "as relações em linha não excluem as emoções fortes. (...) nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e o seu julgamento desaparecem no ciberespaço".

O norte-americano Howard Rheingold (1998), no seu conhecido *e-book The Virtual Community,* reflecte sobre a emergência de comunidades virtuais que se constroem para os mais diversos fins, seja para contactar com colegas e com amigos, velhos ou novos, seja para contactar com estranhos nacionais ou estrangeiros, numa interacção social virtual contínua que, às vezes, se afasta da real e outras vezes não:

> As pessoas em comunidades virtuais usam palavras no ecrã para trocar brincadeiras e discutir, envolver-se em problemáticas intelectuais, gerir negócios, trocar conhecimento, partilhar apoios emocionais, fazer planos, idealizar coisas, cavaquear, guerrear, apaixonar-se, encontrar e perder amigos, jogar, namorar, criar um pouco mais de arte e muita conversa fútil. As pessoas nas comunidades virtuais fazem quase tudo aquilo que as pessoas fazem na vida real, mas deixam o seu corpo de fora. Não se pode beijar ninguém e ninguém pode dar-nos um soco no nariz, mas pode acontecer muito dentro destas fronteiras. Para os milhões que se têm envolvido, a riqueza e a vitalidade da cultura da rede é atractiva, mesmo viciante.

Comunidade significa "viver com", o que pressupõe interacção e partilha intensas e o desenvolvimento do sentido de ser e de pertencer a essa comunidade. Nesta perspectiva as comunidades que se desenvolvem *online* não são diferentes das comunidades físicas, apenas apresentam características e dinâmicas diferentes que interagem com outras formas de comunidade.

Em relação às comunidades virtuais Graham (1999: 158) constata que

> (…) a utilização da palavra 'virtual' em 'comunidade virtual' assinala algo um pouco diferente do que assinala a utilização da palavra na expressão mais geral 'realidade virtual'. Uma comunidade virtual não é uma comunidade que se constitua como uma cópia de uma experiência indistinguível da coisa real, mas é mais uma comunidade de um tipo diferente. Neste sentido 'virtual' não assinala uma simulação da realidade, mas uma realidade de tipo diferente (...)

[2] Nos primeiros tempos da Internet designavam-se por *hackers* os informáticos que, de forma cooperativa, se empenhavam em tornar a *net* qualquer coisa de melhor. Produziam, inventavam e inovavam a rede com todo o tipo de novos programas mais acessíveis e mais amigáveis. Este era o espírito inicial da Internet, o qual continua vivo em larga medida e é dominante. Contudo, progressivamente os *hackers* foram sendo vistos como prevaricadores começando a ser confundidos com os *crackers*. Se pretendermos ser fiéis a essa cultura original da Internet melhor será designarmos hoje os destruidores como *crackers* e não como *hackers*.

A importância da comunidade e do sentido de comunidade é enorme podendo mesmo ter um "efeito curativo" em termos das vidas de cada pessoa, como afirma M. Scott Peck (1998), citado por Rheingold (1998) em *The Virtual Community*:

> (...) conhecemos o efeito curativo da comunidade em termos das vidas individuais. Se pudéssemos de uma maneira ou de outra encontrar um caminho ao atravessar a ponte do nosso conhecimento, não poderiam ter estas mesmas regras um efeito curativo sobre o nosso mundo? (...) Somos impelidos para nos relacionarmos uns com os outros para a nossa sobrevivência. Mas ainda não nos relacionamos com a inclusividade, o realismo, a auto-consciência, a vulnerabilidade, a obrigação, a abertura, a equidade, e o amor à comunidade genuína. (...) É nossa tarefa — tarefa essencial, central, crucial — transformar-nos de meras criaturas sociais em criaturas comunitárias. É o único modo de a evolução humana progredir.

A Internet não gera apenas empreendedorismo económico mas também empreendedorismo sociopolítico, pois há cada vez mais um maior número de pessoas que se dedica à organização e gestão de comunidades virtuais. O seu desenho tecnológico é realizado em relação com as finalidades das mesmas. A cientista de computadores norte-americana Amy Jo Kim publicou um livro sobre a investigação na área de *Community-Building on the Web* (2000) o qual termina escrevendo como recomendação aos "construtores" da *net*:

> Para se ser bem sucedido como um criador de comunidades do século vinte e um, ter-se-á que querer estar atento às oportunidades para ofuscar a fronteira entre o físico e o virtual, porque é aí que a acção se situa e onde a *net* é comandada. Isto pode significar colocar *online* os grupos que existem, facilitar encontros face-a-face entre os seus membros, integrar sistemas comerciais e de comunicação, ou criar ambientes especializados de *role-playing*. Seja o que for que se fizer nunca se pode esquecer que o verdadeiro poder das comunidades — seja dentro seja fora da *web* — reside no seu poder de afectar de forma significativa as vidas física, emocional, espiritual e profissional das pessoas. Quanto mais uma comunidade aperfeiçoar isto, tanto mais sucesso terá.

Deve pois questionar-se até que ponto essas novas comunidades virtuais são verdadeiras organizações sociais de tipo novo e se essas comunidades, se encontram na base de alguma forma de "inteligência colectiva" e em que sentido desenvolvem uma cultura cooperativa *online*, uma cibercultura.

Lévy (2000: 179) é um autor que sustenta a tese de que o ideal da sociedade tecnológica é o de mobilizar uma inteligência colectiva, ou seja, a valorização, a utilização óptima e a sinergia das competências, das imaginações e das energias intelectuais, seja qual for a sua diversidade qualitativa e situe-se ela onde se situar. Neste sentido afirma (Lévy, 2000: 179):

> Se as novas técnicas de comunicação facilitam o funcionamento dos grupos humanos de inteligência colectiva (...) elas não o determinam de forma automática. A proibição dos poderes exclusivos, a rigidez institucional, a inércia das mentalidades e das culturas podem evidentemente fazer aparecer utilizações sociais das novas tecnologias bem menos positivas de acordo com critérios humanistas.

Com efeito, segundo Lévy (2000: 30), o ciberespaço como suporte da inteligência colectiva é uma das principais condições do seu próprio desenvolvimento, porque toda a história da cibercultura testemunha um processo de retroacção positiva, isto é da automanutenção da revolução das redes digitais. Mas Lévy (2000: 31) considera este fenómeno complexo e ambivalente ao afirmar que:

> (...) o crescimento do ciberespaço não determina automaticamente o desenvolvimento da inteligência colectiva, fornece-lhe somente um ambiente propício. Com efeito, vê-se despontar igualmente na órbita das redes digitais interactivas toda a espécie de novas formas...
>
> - de isolamento e sobrecarga cognitiva (*stress* na comunicação) e do trabalho em frente do ecrã;
> - de dominação (reforço dos centros de decisão e de controlo, domínio quase monopolístico das potências económicas sobre importantes funções da rede, etc.);
> - de dependência (vício de navegação ou do jogo em mundos virtuais);
> - de exploração (em certos casos do teletrabalho vigiado ou de descentralização de actividades no terceiro mundo);
> - e mesmo de idiotice colectiva (boatos, conformismo da rede ou das comunidades virtuais, empilhamento de dados vazios de informação, 'televisão interactiva').

A contribuição de Castells sobre este assunto é relevante. Castells (2002: 470) afirma que uma distinção-chave na análise da sociabilidade é a que diz respeito à diferença entre "laços fracos" e "laços fortes" e que a rede é particularmente adequada ao desenvolvimento de muitos laços fracos com estranhos, num padrão igualitário de interacção, onde as características sociais influenciam menos os constrangimentos, ou mesmo os bloqueios, no processo comunicativo. É assim que do pensamento de Castells se pode interpretar que a Internet pode dar enorme fôlego a uma outra cidadania pois pode contribuir para expandir os vínculos sociais numa sociedade que parece estar em processo de rápida individualização e desresponsabilização cívica. Por esta razão, a nosso ver, a constituição e o funcionamento de comunidades virtuais são uma expressão do virtual em relação com o real, mostrando o potencial de mudança das novas TIC no comportamento humano. Em muitos casos, pode mesmo afirmar-se que se pode verificar um reforço de laços identitários entre o real e o virtual.

Castells ao interrogar-se se as comunidades virtuais são verdadeiras comunidades, sugere que sim e não (Castells, 2002: 471):

> São comunidades, mas não físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interacção das comunidades físicas. Mas não são "irreais", funcionam num plano diferente da realidade. São redes sociais interpessoais, na sua maioria baseadas em laços fracos, altamente diversificadas e especializadas, aptas a gerar reciprocidade e apoio através das dinâmicas da interacção sustentada. (...) Reforçam a tendência para a 'privatização da sociabilidade' — isto é, a reconstrução de redes sociais em torno do indivíduo, o desenvolvimento de comunidades pessoais, quer físicas quer *online*. As ciberligações fornecem a oportunidade de desenvolver laços sociais, para pessoas que, de outro modo, vivem vidas sociais mais limitadas porque os seus laços são espacialmente muito mais dispersos.

À medida que a Internet se tornar mais popular talvez já não haja diferenças significativas entre as comunidades virtuais e as comunidades reais, porque a tecnologia terá sido assimilada e entrado na vida de uma forma tão natural criando um ambiente ecológico em termos sociais, que muito provavelmente se terá ultrapassado o debate sobre a comunidade real e virtual porque elas estarão imbricadas uma na outra.

Kim (2000) vai no sentido desta hipótese ao considerar que no futuro:

> (...) as pessoas não falarão mais de 'comunidades na rede' — a ubiquidade e a largura de banda das comunicações e a estandardização dos protocolos *online* fará com que a *web* seja tão difundida como o telefone ou a televisão. Veremos menos as comunidades virtuais como destinos isolados e mais como qualquer outro meio de encontrar pessoas, manter contacto com entes queridos, e de efectuar a gestão quotidiana da vida. Não as distinguiremos mais de outras comunidades a que pertencemos (...)

6. A RELAÇÃO DA CIDADANIA COM A EDUCAÇÃO E COM A CULTURA NA ERA GLOBAL

Para que se possa viver *em* e *na* cidadania, em termos reais ou virtuais, é preciso conhecimento. Esse conhecimento é necessário para que se desenvolva um espírito empreendedor e se tomem iniciativas capazes de se auto-sustentar e para que a constante necessidade de debate, de negociação, de intervenção de cada cidadão permita efectuar escolhas informadas e que a intervenções resultantes dessas escolhas sejam livres, sejam conscientes em relação ao bem social como utopia a perseguir. Tanto mais que as novas TIC estão na base de uma nova cultura do quotidiano, na qual cultura de "massas" e "alta" cultura se inter-relacionam através de mecanismos de mediação e de mediatização, isto é, uma cultura entendida como um ambiente envolvente, simultaneamente determinada e determinante de todas as dimensões de comunicação realizadas a todos os níveis e por todos os meios nas sociedades modernas. Por isso, pode-se entender que as lógicas tecnológicas perpassam todos os sectores sociais. Papert (1980) usou a expressão *object to think-with* para se referir ao computador e ao seu potencial como meio cognitivo, que intersecta cultura, conhecimento e identidade. Kerckhove (1997: 70) estabelece um paralelo com a tinta azul diluída na água para evidenciar que a tecnologia altera o *status* vigente, recorrendo a Paul Levinson: "A adição de uma gota de tinta azul num copo de água resulta não numa gota azul com água mas em água azul: uma nova realidade".

Neste enquadramento, dever-se-á, com efeito, considerar que existe uma significativa correlação entre educação, desenvolvimento e exercício da cidadania. Uma população informada, uma população com um nível de

educação elevado, forma uma sociedade com maior capacidade científica, económica, política e cultural, portanto, mais desenvolvida. Como afirma Barata-Moura (2003: 97):

> Um povo culto, realmente culto, não sofrerá sem combate a persistência pegajosa de formas pobres de afirmação cidadã, até porque do cultivo da sua humanidade faz certamente parte um enriquecimento das suas exigências cívicas de emancipação.

A sustentação da competitividade das economias e das sociedades no contexto da globalização está muito relacionada com a capacidade de aprendizagem das pessoas/cidadãos e com a informação, o saber e sobretudo o conhecimento que dominam e ainda com o acompanhamento da sua actualização constante na sociedade "tecno-lógica" (Patrocínio, 2001: 95). O papel da crítica torna-se essencial e, nesse contexto, é muito pertinente o pensamento de Lévy (2000: 250):

> A ausência de visão de futuro, o abandono das funções de imaginação e de antecipação de pensamento têm como efeito desencorajar os cidadãos de intervirem, e deixam finalmente o campo livre às propagandas comerciais. É urgente, inclusive para a própria crítica, empreender a crítica de um 'género crítico' desestabilizado pela nova ecologia da comunicação. É preciso pôr em causa hábitos e reflexos mentais cada vez menos adequados aos resultados contemporâneos.

Tal transporta-nos para a escola, como espaço principal de educação, mas também para fora da escola, para os múltiplos espaços educativos de que dispomos, desde os centros de animação cultural, aos museus, às bibliotecas e outros centros de recursos educativos e formativos e, ainda, para os espaços públicos e privados em geral.

Se nos reportarmos concretamente à escola, nesta relação entre educação e um melhor exercício da cidadania não basta que se assista à ampliação do número de anos da escolaridade obrigatória, como se tem vindo a verificar por todo o mundo, sobretudo nos países mais desenvolvidos, aspecto importantíssimo que muito tem sido influenciado pela globalização. Afigura-se como essencial a problemática da qualidade das aprendizagens que se desenvolvem nas escolas, a evolução das metodologias e dos contextos de aprendizagem tendentes a que esta seja significativa e articulada com a vida e adaptada a diferentes estilos de lide com o saber, acima de tudo respeitadora das diferenças e das capacidades.

A cidadania constitui-se, assim, como um novo paradigma educativo na sociedade tecnológica digital, a nortear as práticas de ensino e de aprendizagem, já que termos todos os tempos e todos os espaços ao nosso alcance a partir basicamente de um ecrã, de um teclado de computador ligado à Internet e de um rato. Esta circunstância faz com que se cruzem constantemente em todos os momentos do dia-a-dia exigências cognitivas, éticas e relacionais no sentido de a educação ser o lugar de luta por uma globalidade que seja espaço de saber e não de poder (Coelho-Rosa, 2000b).

Muitas vezes aponta-se que o acesso às novas TIC pode favorecer ou mesmo aprofundar as desigualdades sociais, o fosso entre os mais favorecidos e os menos favorecidos, o que se constitui ou pode constituir como um risco real. Na verdade, quem possui computador e ligação à Internet no seu espaço doméstico tem acesso a um mundo bem diferente do daqueles que o não podem fazer. Ora essa é uma razão importante para que o computador seja introduzido realmente na escola numa perspectiva de criação de igualdades de oportunidades, numa opção de formação de cidadãos com as mesmas possibilidades de acesso e de utilização, o que se pode apontar como uma das funções socializadoras actuais das escolas. É claro que essa situação apenas pode minorar as desigualdades de acesso, mas "será a não utilização do computador na escola que pode ter um efeito muito sério na manutenção das disparidades sociais existentes" (Ponte, 1997: 118).

Ponte (1997: 119) refere ainda vários trabalhos de investigação que

> parecem indicar que o agravamento das desigualdades só ocorrerá se as escolas não se mostrarem capazes de enfrentar devidamente o problema, proporcionando a todos os alunos oportunidades para trabalharem com as novas tecnologias.

Numa reflexão sobre ciberdemocratização, Philippe Perrenoud (1998), considerando que todos os utensílios informáticos e telemáticos que permitem o uso do multimédia, das redes mundiais, da realidade virtual, introduzem transformações importantes, nomeadamente nas relações sociais, nas formas de se trabalhar, de se informar, de se formar, de se distrair, de consumir, de falar, de escrever, de entrar em contacto com alguém, de consultar, de decidir e, pouco a pouco, de pensar, alerta, de forma talvez

bastante cautelosa, mas merecedora de atenção, para a já velha problemática da introdução das TIC nas escolas, porque nascida nos anos de 1980 com a expansão da micro-informática, dizendo (Perrenoud, 1998):

> A escola não pode pôr-se à margem destas transformações. Não faltam espíritos, nem todos desinteressados, para incitarem à integração na 'revolução numérica'. A minha proposta não é a de combater esta mensagem, mas tão-somente a do mito libertador e igualitário que por vezes ela veicula: a alienação e as desigualdades intelectuais e culturais manifestam-se de forma diferente perante as novas tecnologias do que perante o livro, mas não desaparecem como que por magia e podem mesmo agravar-se provisoriamente, ou mesmo de forma durável, se não levarmos isso em linha de conta.

Este autor (Perrenoud, 1998) reforça uma visão para a utilização cuidadosa das TIC, o que na nossa perspectiva, valoriza a importância de a Educação tomar as novas TIC como um campo essencial de investigação:

> A exclusão que denunciamos hoje decididamente tem sempre uma face visível — a desigualdade de acesso aos bens, aos serviços, às informações — e uma face encoberta, a desigual compreensão das instituições, das leis, dos mercados, das forças e das estratégias que governam o mundo. Para lutar contra a primeira exclusão, é necessário ir muito para além da iniciação. Para combater a segunda, é necessário muito simplesmente que a escola faça o seu trabalho principal: dar a todos os meios para pensar livremente, para oferecer uma alternativa à guerra civil aberta ou latente (...). A Internet acentua esta exigência, como tudo o que complexifica o mundo. Seria bastante angélico pensar-se que a simples intrusão das redes na escola é um progresso. Assim quando vos dizem NTIC, pensem NTIC: novos tipos de desigualdades culturais!

Estas considerações fazem bastante sentido, contudo, do nosso ponto de vista, mesmo para os alunos que possuem um computador em casa, as utilizações efectuadas na escola podem, claramente, abrir-lhes horizontes para as suas utilizações mais individuais e, por outro lado, serem um recurso para os seus colegas ou para o próprio professor e para outros adultos. Além disso, não é líquido que por se possuir um computador e um conjunto de periféricos considerável e uma ligação à Internet de banda larga saibam utilizar esses equipamentos nas várias dimensões das suas potencialidades ou que, só por isso, se tenham melhores desempenhos ou se façam melhores utilizações do que os de alunos que não os possuem.

Concordamos com Thornburg (2002: 17), quando parte do princípio de que não é o tamanho da Internet que é interessante, pois o mais interessante é o uso que dela se faz, uma vez que a oferta digital está acessível nas pontas dos dedos. Este autor afirma:

> Quando me perguntam o que é que o futuro nos reserva, eu respondo sempre 'Observem o vosso teclado de computador — está mesmo na vossa frente: *Shift Control*'. Tal como disse, em 1998, um responsável da IBM, 'A emergência de redes poderosas respeita a muitas coisas, mas é sobretudo uma questão de transferência de poder'. Nunca se disseram palavras tão verdadeiras.

Ora esta é mesmo uma questão essencial, a da transferência de poder. Na sociedade tecnológica digital global, há uma transferência de poder para cada cidadão. Se o poder é transferido para as nossas mãos, frente a um computador, isso implica que a nossa formação ética tenha que ser muito sólida e que tudo o que acrescentamos às nossas utilizações tecnológicas tenha por base a construção de uma carta de princípios norteada pelo "infinitamente consciente" (Nicolescu, 2000: 63). Esta circunstância aponta para a necessidade de olharmos mais para nós próprios como humanidade e termos a consciência das nossas fragilidades e também da nossa finitude, percepção que a era das viagens espaciais abriu e que poderá continuar a expandir no espaço/tempo cibernético que "é um espaço de escolha humana" (Nicolescu, 2000: 64). Como Barata-Moura (2003: 97) sobreleva:

> A nossa condição de humanos impõe-nos, por assim dizer, uma destinação: inscrever no corpo deveniente das realidades o cunho, a marca, da nossa humanidade. Talvez por aqui passe o segredo do viver. Cumprimos esse destino — que não é fado nem sina — na e pela *cultura*, em cuja protagonização não é indiferente a profundidade e o alcance em que a dimensão cidadã se afirma e se constrói. No fundo, estamos sempre a falar de *ontologia*: do que fazemos ao ser de que somos como ingrediência, do ser que somos e do que com ele fazemos. Parece de imediato mais fácil compreender a relevância de uma *ontologia da cultura*; mas é de vital responsabilidade não perder de vista e do cuidado, a *ontologia do político* — ou o de como por cidadania se vai cultivando (e transformando) o real.

Numa perspectiva de desenvolvimento humano e de inovação, afigura-se como essencial que o acesso às novas tecnologias, ao domínio da sua utilização, ao seu uso crítico, o acesso a mundos novos, cheios de possibilidades e oportunidades, seja uma realidade com a qual as pessoas e

os poderes públicos e todas as instâncias intermédias de decisão se devem preocupar.

A info-inclusão ou *e*-inclusão, enquanto parte visível de uma das dimensões da luta contra a exclusão social, enquanto proposta de cidadania efectiva, depende em larga medida da visão favorável e esclarecida que houver sobre a promoção e a facilitação do acesso, sobre a necessidade de operacionalização de infra-estruturas e políticas de acesso e conectividade às redes infocomunicacionais digitais, numa sociedade em que a informação e o conhecimento são elementos diferenciadores em relação ao passado tornando-se a ciberliteracia uma questão central. Neste contexto interpretativo, parece pertinente a precisão da definição de acesso às TIC dada por Manuel José Damásio (2002: 135):

> O acesso à informação pode, então, ser definido como a ligação de um indivíduo a uma rede de computadores — conectividade — e aos seus conteúdos e serviços, em que a tecnologia é passível de utilização pelo sujeito, o utilizador possui todas as competências e os conhecimentos necessários ao uso da informação, e o conteúdo em si mesmo é apresentado de uma forma que possibilita o seu transporte pela rede e o seu uso pelos utilizadores.

O entendimento da ciberliteracia é essencial, pois, muitas vezes, as tentativas de inclusão informática pecam precisamente por serem excessivamente informáticas, muito teóricas e pouco performativas, gerando ou promovendo a infofobia ou frustração por não se centrarem em usos concretos e contextualizados, aspecto que muito deve preocupar os agentes de educação/formação.

7. CONCLUSÃO

O ser no ciberespaço, o "ser digital" preconizado por Negroponte (1996), é, no nosso entendimento (Patrocínio, 2004), uma nova forma de ser e não é apenas um meio útil de ser, engendrando uma nova cultura de aprendizagem e de cidadania.

A compreensão do que significa ser/tornar-se pessoa/cidadão digital apresenta como dimensões relevantes:

- a abertura à experiência com as novas tecnologias de informação e comunicação;
- a capacidade de lide com a informação online e o desenvolvimento de uma aprendizagem no contexto da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- a capacidade de comunicação e de relacionamento online;
- o desenvolvimento da reflexividade sobre as implicações das novas TIC em si e nos outros enquanto pessoas e cidadãos.

Nas práticas educativas, dentro e fora da escola, ter presente estas dimensões, debatê-las não só entre os docentes, os pais, mas com as crianças e os jovens dando-lhes voz nos seus processos formativos, abre perspectivas para potenciar esses mesmos processos nas dimensões organizativa, cognitiva, axiológica e relacional.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA-MOURA, José (2003). "A Cidadania como Cultivo". In *Philosophica*, 22, 2003, Lisboa: Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 83-98 .

CASTELLS, Manuel (2002). *A Sociedade em Rede*, Volume I A Era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COELHO-ROSA, Joaquim (1998). "Artº 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Direito à Vida, à Liberdade e à Segurança)" In *Repensar a Cidadania nos 50 anos da Declaração*. Lisboa: Editorial Notícias.

COELHO-ROSA, Joaquim (2000). "Conceito de cidadania". In *Anais Educação e Desenvolvimento 1* (2000). Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 337-340.

COELHO-ROSA, Joaquim (2000b). "Uma genealogia do conceito de sociedade", Novembro de 2000 (texto policopiado).

COELHO-ROSA, Joaquim (2002). "Abordagem onto-antropológica do desenvolvimento humano". In *Anais Educação e Desenvolvimento 2* (2001). Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 291-300.

FREIRE, Paulo (2001). *Conscientização, Teoria e Prática da Libertação*. São Paulo: Centauro.

FREITAS, Cristiana Soares (2002). "O espaço virtual de produção do conhecimento, Abandono ou expressão do real?" In *Actas do Congresso "A Cultura das Redes ICNC 2001*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 341-359.

GIDDENS, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

GRAHAM, Gordon (1999). *The Internet://A Philosophical Inquiry*. London: Routledge.

HAUBEN, Michael e Ronda HAUBEN (1996). *Netizens: On the History and Impact of Usenet and the Internet*, [*online*] http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/.

KERCKHOVE, Derrick (1997). *A Pele da Cultura*, Lisboa: Relógio d´Água.

KIM, Amy Jo (2000). *Community-Building on the Web*, [*online*] http://www.naima.com/community/index.html.

LÉVY, Pierre (2000). *Cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

MADEC, Annick e Numa MURARD (1998). *Cidadania e Políticas Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

MORIN, Edgar (1994). *As Grandes Questões do Nosso Tempo*. Lisboa: Editorial Notícias.

MORIN, Edgar (2000). *Les Sept Savoirs Nécessaires à l'Éducation du Futur*. Paris : Seuil.

MORIN, Edgar, Raúl MOTTA e Emilio-Roger CIURANA (2003). *Éduquer pour l'Ère Planétaire, La Pensée Complexe comme Méthode d'apprentissage dans l'erreur et l'incertitude humaines*. Paris: Balland.

NEGROPONTE, Nicholas (1996). *Ser Digital*. Lisboa: Editorial Caminho (edição original 1995).

NICOLESCU, Basarab (2000). *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin.

ORTEGA Y GASSET, José (2002). *O que é o Conhecimento?* Lisboa: Fim de Século.

PAPERT, Seymour (1980). *Mindstorms: Children, Computers and Powerful Ideas.* New York: Basic Books.

PATROCÍNIO, Tomás (2001). *Tecnologia, Educação, Cidadania – (Re)pensar projectos educacionais numa abordagem compreensiva da contemporaneidade*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

PATROCÍNIO, Tomás (2004). *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

PERRENOUD, Philippe (1998). "Cyberdémocratisation: les inégalités réelles devant le monde virtuel d'Internet", In *La Revue des Échanges* (AFIDES), Vol 15, nº2, juin 1998, pp. 6-10 [*online*] http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php*1998/1998*_04.rtf.

PONTE, João Pedro da (1997). *As Novas Tecnologias e a Educação*. Lisboa: Texto Editora.

POSTER, Mark (2002). "Cidadãos, *media* digitais e globalização". In *Actas do Congresso "A Cultura das Redes ICNC 2001"*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 21-34.

RABKIN, Jeremy (2002). "Porque é a cidadania supranacional uma má ideia". In AAVV (2002), *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*, Conferência Internacional 2001, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Dom Quixote, pp. 151-173.

RHEINGOLD, Howard (1998). *The Virtual Community*, [*online*] http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html.

SAINT-GEORGES, Pierre de (2003). "Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político". In AAVV (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, pp. 15-47.

SCHNAPPER, Dominique (1998). "Os limites da expressão 'empresa cidadã'". In Morin, Edgar e Ilya Prigogine (orgs.) (1998), *A Sociedade em Busca de Valores — Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 91-100.

SMITH, Gordon (2002). "Governação na ausência de governos". In AAVV (2002), *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*, Conferência Internacional 2001. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Dom Quixote, pp. 39-58.

THORNBURG, David (2002). *The New Basics — Education and the Future of Work in the Telematic Age*. Alexandria, Virginia USA: Association for Supervision and Curriculum Development.

TOURAINE, Alain (1994). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

TUCHERMAN, Ieda (2002). "Novas sujectividades, Conexões intempestivas". In *Actas do Congresso "A Cultura das Redes ICNC 2001"*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 55-71.

VEIGA, Luisa (2002). "Democracia e Educação para a Cidadania". In *Anais Educação e Desenvolvimento 2* (2001). Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 439-447.

VIRILIO, Paul (2000). *Cibermundo: A Política do Pior*. Lisboa: Teorema.

Abstract: Globalization means the change of the human condition in all its dimensions. Globalization leads every day life and ethics making compulsory the reflection on the concepts of a new person/citizen and of a new culture, in a multicultural society in which all the different cultural, economic and political environments match together everywhere all around the world.

In this understanding, the educational projects must fit in social projects in order that the changes seen as possible with the globalization process can be assessed as positive changes and seen as an opportunity to the humanity.
So, it emerges an ontological understanding of citizenship as a condition of the human nature, very close to the concept of becoming a person.
Identity and sense of belonging is not a heritage. Identity and sense of belonging must be a construction within the global digital technological society in which everyone must develop a sense of being digital with all the complexity attached to this concept to which new competences need to be developed. This might be the main principle of education within and outside of the school.

Key-words: citizenship, being digital, global digital technological society.

Texto
- Submetido em Fevereiro de 2008
- Aprovado em Março de 2008

Como citar este texto:

PATROCÍNIO, Tomás; (2008). Para uma genealogia da cidadania digital. In *Educação, Formação & Tecnologias*; vol.1(1), pp. 47-65. Disponível em http://eft.educom.pt